

os sectores das classes dominantes de então, do mesmo tipo da que se granjeara em torno dos sistemas de produção em massa que emergiram da Revolução Industrial, servindo de base a projectos de grande envergadura aplicados principalmente às crianças das chamadas “classes inferiores”, mas também às classes médias e a uma boa parte dos ramos de instrução de nível não superior.

Nesta tentativa de constituição de um ramo industrial completo dedicado à formação das novas gerações, o sistema de divisão e organização do trabalho escolar baseado no método monitorial ou em outros métodos explicitamente destinados a uma máxima eficiência produtiva, tornou-se um elemento decisivo e inquestionável de uma “ciência da educação” que a si própria se propôs incorporar o que de mais avançado existia nas teorias psicológicas e educativas que até aí tinham sido produzidas. Pela primeira vez iria surgir, em Inglaterra, uma teoria completa para a educação de massas, a qual, procurando realizar a fusão dos ideais democráticos da revolução francesa e as necessidades práticas do capitalismo britânico, alimentou por um momento a esperança de fazer da “produção de homens” uma respeitável indústria na qual valesse a pena investir capitais.

Tendo constituído a primeira tentativa em larga escala para criar uma indústria educativa organizada em moldes capitalistas, a experiência monitorial acima referida ganha hoje uma importância acrescida tendo em conta que está actualmente em curso um amplo processo de capitalização da actividade educativa, não apenas a nível da educação superior como também nos sistemas de escolaridade básica e secundária. Com efeito, é possível encontrar inúmeros pontos de contacto entre a mencionada experiência monitorial de há dois séculos e as experiências actuais assentes na mesma matriz de criação de “indústrias competitivas” para a instrução das novas gerações.

### **Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino & Vera Maria Ramos de Vasconcellos**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ligiaaquino@yahoo.com.br

#### *Currículo & educação infantil no município do Rio de Janeiro: tensões e desafios*

As conquistas no plano formal do direito à educação para as crianças pequenas e a expansão da Educação Infantil, observada nos últimos anos no município do Rio de Janeiro, estão associadas a um conjunto de fatores de ordem social, política e cultural, o que tem exigido a criação de espaços de acolhimento/inserção e convivência das crianças, desde a mais tenra idade. O reconhecimento da criança como sujeito de cultura e social remete à condição de sujeito de direitos, sendo a educação um desses direitos. Temos avançado, na medida em que se expande a rede de atendimento à infância, fazendo com que, pelo menos, do ponto de vista formal se efetive o direito da criança à educação infantil, porém para sua plena efetivação é preciso considerar a qualidade desse atendimento, em quais condições materiais e simbólicas se processa tal educação. As tensões atuais no debate sobre orientações curriculares para a educação infantil apresentam avanços e retrocessos. Frente a isso, importa refletir sobre os projetos de sociedade presentes na formulação de políticas e práticas educacionais destinadas às crianças pequenas. Neste trabalho visamos analisar as orientações curriculares recém implementadas pela prefeitura do Rio de Janeiro (gestão 2009-2013), tendo como locus o campo de nossa pesquisa. Temos como um de nossos objetivos acompanhar, por três anos, a implementação de um novo projeto político pedagógico em 5 creches municipais, situadas em duas das dez Coordenadorias Regionais de Educação. Pretendemos seguir de perto os embates da prática cotidiana provocados pelo documento oficial “Orientações Curriculares para Educação Infantil” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2010). Entendemos que a qualidade da aprendizagem está diretamente relacionada às experiências proporcionadas no ambiente educacional e diz respeito à questão curricular, uma vez que currículo, seja como documento formal ou ação cotidiana, abarca um conjunto de elementos que o definem, que são princípios, objetivos, conteúdos, atividades, avaliação etc. Neste trabalho analisamos, não só o que, para que, com quem, onde e como educar?, mas também a favor de quem? esta proposta esta direcionada. E se as visões

presentes no documento incluem alguns e excluem outros, através de oportunidades propiciadas, diminuídas ou negadas. Entendemos que a formulação de um documento oficial deve explicitar o compromisso dos atores envolvidos e descrever o sentido político do trabalho pedagógico, apontando as posições assumidas quanto ao projeto de sociedade almejado.

### **Lisete Almeida; Carlinda Leite & Preciosa Fernandes**

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

lisetealmeida25@gmail.com

#### *As tomadas de decisão curriculares no quadro da governação dos agrupamentos de escolas*

As reformas nos domínios administrativo-gestor e pedagógico-curriculares que ocorreram pós a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo Português despoletaram alterações várias, entre as quais as do funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário. A este nível há que ter também em atenção a formação de agrupamentos de escolas em todo o território nacional, na primeira década deste século, que veio implementar órgãos próprios de direcção, administração e gestão.

Estas medidas da macropolítica educacional, dirigidas a todo o sistema educativo, geram efeitos nas micropolíticas que têm lugar na vida quotidiana das escolas que passaram a integrar nas mesmas estruturas formais de poder docentes dos diferentes níveis de ensino agrupados, partilhando a responsabilidade nas tomadas de decisão. Neste plano das micropolíticas emergem novos mandatos para os docentes que, localmente, tomam decisões curriculares através da sua integração nas estruturas formais de poder ou nas redes informais de decisão. É a este nível que se situa o estudo que está a ser realizado, no quadro do doutoramento em que se insere esta comunicação, e que intenta contribuir para aclarar e compreender fenómenos relacionais e dinâmicas profissionais que marcam os quotidianos escolares.

Tendo esse estudo por base, esta comunicação apresenta o quadro teórico de referência e analisa o discurso da macropolítica sobre a gestão educacional – recorrendo para tal à análise de normativos que a regulamentam – na sua relação com discursos teóricos sobre a micropolítica escolar e que ajudam a elucidar lógicas locais de decisão curricular que caracterizam o funcionamento dos agrupamentos.

Focando-nos no caso do 1º CEB, recorre-se a entrevistas a alguns actores – uns com cargo atribuído e outros sem cargo atribuído – pretendendo-se, a partir dos seus pontos de vista, construir um quadro de interpretação sobre os processos decisórios e o papel que neles ocupam os professores do 1º CEB.

Em síntese, a intenção última que nos orienta é destacar, no quadro de um novo modelo de gestão, o modo como localmente são tomadas as decisões curriculares e evidenciar o papel determinante que nelas têm as relações de poder (decorrentes dos cargos atribuídos) e relações de influências (poder informal) instituídas.

### **Luani de Liz Souza**

Universidade do Estado de Santa Catarina

luani@uniplac.net

#### *Estágio não-obrigatório: desafios da integralização do currículo nas práticas propostas pelo mercado de trabalho*

O presente artigo tem por pretensão apresentar as discussões frente à nova Lei de Estágio no Brasil, principalmente no que diz respeito ao estágio não-obrigatório. O problema que aponta a intenção da pesquisa é o desafio de integralizar o currículo das Universidades aos propósitos mercadológicos que sustentam as atividades do estágio no Brasil, com recorte nesse caso, para o Estado de Santa Catarina. A visão que o estágio é uma atividade pedagógica fora das estruturas das Universidades, parece ainda por parte das instituições de trabalho uma mera questão de formalização do estágio. Deste modo, encontramos um